

Política anti-sequestros no Rio de Janeiro: 1995-1998

*Cesar Caldeira**

Universidad Federal de Río de Janeiro

O Estado do Rio de Janeiro continua a ser a unidade da Federação brasileira¹ onde mais ocorrem “extorsões mediante seqüestro”, segundo as estatísticas oficiais. Houve, no entanto, uma redução considerável no número de casos de seqüestros extorsivos registrados durante a Administração do Governador Marcello Alencar (PSDB), entre 1995-98. Tal tendência na “criminalização” foi apontada,

* Mestre em Direito pela Yale University. Professor da Escola de Ciências Jurídicas da Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO) e da Universidade Candido Mendes-Ipanema. O autor agradece ao Professor Luiz Otávio F. Barreto Leite, da UNI-RIO, cujos comentários contribuíram para aprimorar o texto final. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva do autor.

¹ Colômbia e Brasil são os países mais perigosos do mundo em matéria de seqüestros, seguidos de longe pelas Filipinas. Em 1998, 3000 pessoas foram vítimas. A seguir vem o Brasil, com 1100 seqüestros, Filipinas (425), Rússia (237) e, bem mais longe, Estados Unidos (39), Itália (36), Venezuela (24), Iêmen (14) e China (9). Cf. “Brasil é o 2º país em risco de seqüestro: estudo revela que Colômbia, com 3000 casos, e Brasil, com 1.100, são os que mais registraram ocorrências em 98”, Folha de São Paulo, caderno Cotidiano, 25/03/2000, p. 2.

e reconhecida, como a principal “história de sucesso” na área de segurança pela imprensa, por políticos e pelo público.

Este trabalho analisa essa política governamental especializada sob vários ângulos. A primeira seção versa sobre o uso das estatísticas na política criminal. Indica as discrepâncias nas estatísticas oficiais. Distingue a “criminalização” oficialmente reconhecida da “criminalidade real” no caso dos seqüestros extorsivos. Sugere que a crescente tecnologia do controle social – a qual inclui a produção de estatísticas geradas pelo poder político que, por sua vez, as oferece ao cidadão como o critério para avaliar sua eficácia social – traz alguns obstáculos à necessária transparência que deve existir num Estado Democrático de Direito. A segunda seção explica como a chamada “indústria de seqüestros” foi construída como um problema prioritário a ser resolvido na área de segurança pública no Rio de Janeiro. A versão original dessa formulação do problema foi feita por policiais civis, e difundida pela mídia. Mas a “chacina de Vigário Geral”, na qual policiais que extorquiam traficantes de drogas mataram 21 residentes da favela, começa a mudar significativamente a percep-

ção pública do problema naquela conjuntura. A denúncia de associações ilícitas entre policiais, banqueiros do jogo do bicho e traficantes de drogas, feita pelo Ministério Público e aceita como, em parte, correta pelos setores de inteligência das Forças Armadas, levou a uma reformulação do problema. Mobilizações e articulações sociais patrocinadas por segmentos das elites empresariais são mencionadas como elementos que motivaram a redefinição do problema. Essa atuação de empresários contribuiu para a orientação dada à política de segurança pública, como uma parceria entre o setor público e privado na política governamental de combates aos sequestros.

Porém, introduziu também um critério importante: diminuir a “criminalidade” real sem aumento da violência policial. Isso seria feito através da informação e modernização da polícia. A terceira seção trata das mudanças efetivadas nas instituições destinadas a implementar a política anti-sequestro. A reorganização institucional alcançada, os recursos humanos e materiais tornados disponíveis, e a constante cobrança de resultados serão enfatizados. A quarta seção traz observações finais e sugere rumos para esta pesquisa em andamento.²

² Esta pesquisa foi iniciada em 1995. Foi criado um banco de dados baseados em notícias sobre sequestros de três jornais do Rio (Jornal do Brasil, O Globo e O Dia) e dois de São Paulo (Folha de São Paulo e Estado de São Paulo) do ano de 1989 até hoje. Foram conduzidas inúmeras entrevistas com delegados e detetives da DAS, e com autoridades da área de segurança pública sobre os sequestros extorsivos.

Política de segurança pública face à “criminalização” e a “criminalidade real”

A “história de sucesso” da política anti-sequestro do governo Marcello Alencar está centrada na notável redução de registros oficiais de ocorrências de “extorsão mediante sequestro”. Essa tendência se confirma em todas as estatísticas divulgadas, apesar de os números de ocorrências registradas variarem bastante.

A divergência entre os números oficiais de casos de sequestros extorsivos merece atenção. Equívocos técnicos, como registro de desaparecimento de pessoas sem que haja pedido de resgate podem explicar alguns números dispares. Policiais tendem a usar desse alibi para justificar essas discrepâncias.³

Porém, devido ao uso político que é feito das estatísticas, permanece a suspeita de que os governantes e os administradores criam, e alteram números e índices, para encobrir fatos e, possivelmente, obter apoio político. O poder político condiciona as estatísticas que são ofertadas seletivamente numa tentativa de obter legitimação das políticas governamentais. Uma breve apresentação das estatísticas sobre sequestros no Rio de Janeiro na década de 1990 ilustra o problema da discrepância entre as séries estatísticas.

³ Em entrevistas, os policiais citam, tipicamente, o caso de alguém que sumiu de casa, por uns dias, para encontrar com a amada e a esposa registrou a ocorrência como sequestro extorsivo.

Seqüestros	Nº de casos
1990	91
1991	91
1992	124
1993	64
1994	90
1995	122
1996	68
1997	59
1998	18

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - (SESP), Subsecretaria de Planejamento Operacional - (SsPOP). Publicado no Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, 1998. Fundação CIDE.⁴

O Secretário de Segurança Pública, General Nilton Cerqueira (1995-97) ao apresentar os números dos seqüestros extorsivos em seu artigo para a revista *Archê*,⁵ ofereceu os números seguintes:

Seqüestros	Nº de casos
1990	46
1991	91
1992	124
1993	63
1994	82
1995	106
1996	68
1997	59
1998	-

Fonte: SSP, SsPOP

⁴ Esses números correspondem ao apresentados no estudo "Criminalidade, Drogas e Perdas Econômicas no Rio de Janeiro", verificando-se que o ano de 1989 consta também da série com 39 vítimas de extorsão mediante seqüestro. Cf. Fernandes, Rubem César e Carneiro, Leandro Piquet: "Criminalidade, Drogas e Perdas Econômicas no Rio de Janeiro", *Núcleo de Pesquisas do ISER*, agosto de 1995, p. 22. Outra série estatística que apresenta pequena variação com esta foi oferecida pela SESP, Chefia de

Polícia Civil e encontra-se publicada em Caldeira, Cesar: "Segurança Pública e Seqüestros no Rio de Janeiro: 1995-96", *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 20, outubro-dezembro, 1997, p. 218.

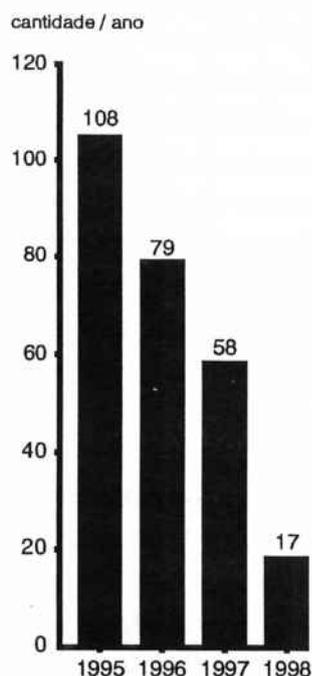
⁵ Cerqueira, Nilton: "Realizações de três anos de Administração", *Revista Archê*, nº 19, 1998, p. 128. Em texto entregue na ocasião de sua palestra em maio de 1997, na Universidade Candido Mendes-Ipanema, indicou o número de 46 seqüestros para o ano de 1990.

O governador Anthony Garotinho, em seu livro⁶ lançado durante a campanha eleitoral de 1998 apresentou os números seguintes:

Seqüestros	Nº de casos
1990	91
1991	124
1992	64
1993	90
1994	119
1995	65
1996	59
1997	-
1998	-

Fonte: Polícia Civil/ Registros de Ocorrência

Por fim, os números coletados da Divisão Anti-Sequestro (DAS)⁷ são os seguintes:



⁶ Garotinho, Anthony: *Violência e Criminalidade no Rio de Janeiro: diagnóstico e propostas para uma política democrática de segurança pública*, Rio de Janeiro, Hama, 1998, p. 69.

⁷ Em 1999, foram registrados 18 casos de extorsão mediante seqüestro no Rio de Janeiro. Cf. "Estatísticas mostram o crescimento da violência", O Globo, caderno

Rio, 12/01/2000, p. 19. Por fim, deve-se notar que as discrepâncias estatísticas não ocorrem apenas em relação a "extorsão mediante seqüestros". As estatísticas de roubos e furtos de veículos no mês de janeiro de 2000 têm três números diferentes - do Governo do Estado do Rio (Proderj), do sindicato das Seguradoras e do Diário Oficial do Estado. Cf. "Roubo de carros tem estatísticas conflitantes", O Globo, caderno Rio, 15/02/2000, p. 19.

Quando se examinam esses números oficiais, se constata a quantidade de “delitos” detectados pelo “sistema penal”.⁸ Essa “criminalização” é importante, pois evidencia a maneira pela qual opera o sistema penal, que é muito seletivo tanto em termos de pessoas como de ações. As estatísticas citadas não revelam a “criminalidade real” em termos de “extorsões mediante seqüestros”. Essa constatação não causa surpresa a quem lê jornais, onde se publicaram declarações de policiais que estimaram que em 1990 “para cada seqüestro conhecido pela polícia, havia quatro que a família preferia se entender com as quadrilhas sem a interferência policial”.⁹ Em julho de 1994, estimava-se que “para cada seqüestro registrado pela polícia, ocorrem outros dois não notificados pelas famílias das vítimas”.¹⁰ Em novembro de 1995, a polícia estimava que 33% dos casos de seqüestros não foram comunicados às delegacias.¹¹ Especula-se que na Baixada Fluminense, e nos subúrbios de população mais pobre do Rio, ocorrem inúmeros seqüestros que nunca são notificados à polícia. O aparecimento de negociadores particulares –entre eles vários policiais que trabalharam na Divisão Anti-Seqüestro– e de empresas que oferecem seguros a empresários seqüestráveis sugere que a subnotificação é alta também em relação à elite econômica.

⁸ “Chamamos ‘sistema penal’ ao controle social punitivo institucionalizado, que na prática abarca desde que se detecta ou supõe detectar-se uma suspeita de delito até que se impõe e executa uma pena, pressupondo uma atividade normativa que cria a lei que institucionaliza o procedimento, a atuação dos funcionários e define os casos e condições para esta atuação”. Cf. Zaffaroni, E. R. & Pierangeli, J. H.: *Manual de Direito Penal Brasileiro: parte geral*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1997, p. 70.

⁹ “Rio registrou 35 seqüestros só este ano”, Folha de São Paulo, 08. 07.94, caderno Cotidiano, p. 3-1.

¹⁰ Idem.

O ponto central desta seção é que a “história de sucesso” da política anti-seqüestro está vinculada a estatísticas que revelam a “criminalização”, e não a “criminalidade real”. Nesse sentido, o foco verdadeiro do debate é a atuação do “sistema penal”, ou seja, um controle punitivo institucionalizado, que é bastante seletivo quanto a pessoas e ações que alcança.

Um exemplo final pode esclarecer uma distorção a mais nas operações do “sistema penal” e da “criminalização” expressa nas estatísticas oficiais. O movimento da “criminalidade real” foi no sentido de cada vez mais alcançar setores da classe média, que tem contas bancárias e cartões de crédito. Os delinquentes criaram então uma nova modalidade de prática delituosa que ficou conhecida como “seqüestro-relâmpago”.¹² Alguém é capturado, às vezes por várias horas, e forçado a retirar quantias de bancos 24 horas e caixas automáticos. Inicialmente, essas práticas delituosas foram investigadas pela Divisão Anti-Seqüestro, enquanto delegacia especializada. No entanto, a partir de 1997 –depois que o Código Penal foi modificado para prever essa prática delituosa como “roubo qualificado”–, a DAS excluiu de suas

¹¹ “Crescem seqüestros não registrados no Rio”, Folha de São Paulo, caderno Cotidiano, 01.11.95, p. 3.3.

¹² Existe também uma modalidade de seqüestro rápido que ficou conhecido, devido ao senso de humor do carioca, como “overnight”, designação de um tipo de operação financeira que rendia lucros de um dia para o outro. Comerciantes e médios industriais são as vítimas preferidas para essa modalidade de seqüestro extorsivo. As vítimas são libertadas em poucos dias e valor dos resgates não costuma ser muito alto. Hélio Luz, em livro-depoimento, estimava que 50% desses casos não eram comunicados à polícia. Benjamin, Cid Hélio Luz: um xerife de esquerda. Rio de Janeiro: Contraponto: Relume-Dumará, 1998, p. 56.

atividades essa modalidade de “criminalidade real” em crescente aumento no Rio. Como a subnotificação de “roubos” é enorme, foi perdido pelo “sistema penal” o reconhecimento dessa prática delituosa emergente. No segundo trimestre de 1999, o Estado de São Paulo passou a incluir o “sequestro-

relâmpago” nas suas estatísticas sobre “extorsão mediante sequestro”. No quadro abaixo, pode-se constatar a magnitude dessa modalidade de prática delituosa emergente que havia sido ocultada pelas mudanças efetuadas no Código Penal (Lei nº 9.426, de 24 de dezembro de 1996).¹³

Seqüestros no Estado de São Paulo					
	1995	1996	1997	1998	1999
1º Trimestre		4	5	3	5
2º Trimestre		3	2	2	77*
3º Trimestre	6	4	6	3	
4º Trimestre	4	-	1	5	

Fonte: decreto 165, Secretaria da Segurança Pública.

* Extorsão mediante seqüestro passa a incluir os “seqüestros relâmpagos”, a partir do segundo trimestre de 1999 nas estatísticas.

Em conclusão, a política governamental de combate aos seqüestros extorsivos faz parte das respostas que o “sistema penal” dá aos delitos que são normativamente construídos e seletivamente reconhecidos por essa forma de controle social institucionalizado. Assim, “política de segurança pública” consiste na escolha, pelo autoridade estatal, dos bens e direitos que serão protegidos jurídica e pe-

nalmente, assim como os recursos e métodos que serão usados para efetivar essa tutela. Trata-se de uma das políticas governamentais, e como tal, está condicionada aos fatores políticos, eleitorais, orçamentários, administrativos, ideológicos, e outros, como qualquer processo decisório governamental.

¹³ O tipo penal do “roubo” ficou assim enunciado:

Art. 157. Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 1º Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

§ 2º A pena aumenta-se de um terço até metade:

I se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II. se há o concurso de duas ou mais pessoas;

III. se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.

IV. se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior;

* inciso IV acrescentado pela Lei nº 9.426, de 24 de dezembro de 1996.

V. se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.

* inciso V acrescentado pela Lei nº 9.426, de 24 de dezembro de 1996.

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de 7 (sete) a 15 (quinze) anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, sem prejuízo da multa.

A construção da percepção do problema: a chamada “indústria de seqüestros”

Muitos atores contribuem na construção da percepção do problema de política pública e a sua inserção como prioridade na agenda pública. A “indústria de seqüestros”, uma expressão jornalística amplamente usada no Rio de Janeiro, é apresentada como uma das atividades do “crime organizado”, através de “Comandos” de narcotraficantes. Sua origem está provavelmente nas declarações de policiais à imprensa quando tentam explicar as causas do aumento de uma prática delituosa que está sob sua responsabilidade combater.

Segundo o delegado Hélio Vígio, titular da DAS (Divisão Anti-Sqüestro), entre 1992 e 1994, os grandes traficantes do Comando Vermelho e do Terceiro Comando montaram “empresas informais”, que forneciam homens armas, planejavam o recebimento de resgates e contavam até com especialistas em negociar com as famílias.¹⁴ As quadrilhas menores, por outro lado, estariam seqüestrando pequenos comerciantes para obter dinheiro e comprar drogas.¹⁵

¹⁴ Cf. “Quadrilhas cariocas de tráfico controlam indústria de seqüestros”, Folha de São Paulo, caderno Cotidiano, 12/02/1994, p.3-3.

¹⁵ Essa observação vem do então chefe de operações da DAS, inspetor Placídio Guimarães. Na época de tal declaração haviam sete pessoas seqüestradas no Rio. Idem. Folha de São Paulo, 12/02/1994, p. 3.3. O único livro publicado sobre seqüestros extorsivos foi escrito por dois delegados da Polícia Civil- sendo um carioca (Hekel Raposo)-, e define o problema assim: “No Brasil, particularmente no Rio de Janeiro, na estrutura do crime de extorsão mediante seqüestro, vamos encontrar, com raríssimas exceções, a figura do traficante de drogas como autor intelectual, o fornecedor do armamento e/ou o financiador da empreitada, reunindo, na

Essa explicação sobre a “indústria de seqüestros” como uma das atividades paralelas dos narcotraficantes¹⁶ serve também para dispersar e reduzir a responsabilidade da DAS no combate aos seqüestros. Se os outros policiais responsáveis pelo combate ao narcotráfico, inclusive os policiais federais, fossem mais eficazes na repressão aos narcotraficantes a problema não teria talvez se configurado com a magnitude atual.

O livro *Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado*, do jornalista Carlos Amorim,¹⁷ publicado no segundo semestre de 1993, oferecia uma explicação articulada sobre a emergência de redes criminosas, que seria difundida pela Central Globo de Jornalismo. A visão generalizada pela mídia era de que o Estado, governado por Leonel Brizola (1990-94), havia se recusado a implantar a “ordem”¹⁸ e agir nas favelas, e que os traficantes passaram a efetivamente controlar esse território, seus habitantes e organizações, como, por exemplo, associações de favelados.

verdade, bandidos ligados a outros tipos de crimes, tais como ladrões de automóveis ou de bancos, que se juntaram para realizar seqüestros e assim equilibrar as finanças das chamadas bocas de fumo ou bocas de drogas”. Nesta formulação do problema não está presente a delinqüência policial. Cf. Brasileiro, Antonio Celso Ribeiro e Raposo, Hekel de Miranda: *Seqüestro... como se defender*. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 7.

¹⁶ Outra atividade constantemente mencionada pelos policiais são os assaltos a bancos.

¹⁷ Amorim, Carlos. *Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado*, 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

¹⁸ Na verdade, o governo Brizola havia redefinido a seletividade do uso do “sistema penal” e, conseqüentemente, rompido com uma persistente noção de “ordem pública” na qual os “suspeitos de sempre” são os favelados e residentes das áreas pobres e periféricas da cidade.

Dois acontecimentos importantes, na época, sugeriam que o “diagnóstico” formulado pelo Delegado Hélio Vígio sobre a “indústria de sequestro” era precário e limitado. A “chacina de Vigário Geral”, ocorrida no dia 29 de agosto de 1993, foi o primeiro desses acontecimentos que revelava, de maneira dramática, que parte da polícia carioca estava envolvida com os delinquentes que deveria combater. Um dos grupos de policiais especializados em extorsão de traficantes –os Cavalos Corredores– assassinou 21 residentes da Favela de Vigário Geral após uma tentativa frustrada de extorsão. Uma testemunha apresentada durante as investigações sobre a chacina –o informante clandestino da polícia Ivan Custódio Barbosa de Lima– tornaria público que parte significativa das polícias Civil e Militar, da cúpula aos mais baixos escalões, estava contaminada por essas práticas extorsivas. Dois métodos eram usados pelos policiais: prendiam os traficantes (ou seqüestradores, ou assaltantes de banco) e para soltá-los exigiam um pagamento. Ou exigiam uma parcela dos lucros na venda das drogas, a chamada “parte da polícia”. Quando haviam desentendimento entre os policiais delinquentes e os bandidos sobre os pagamentos ou a partilha, os confrontos resultantes eram geralmente apresentados pela mídia através da versão dos policiais: luta entre os agentes da lei e marginais.

O segundo acontecimento importante que contribuiu para mudar a perspectiva sobre a chamada “indústria de seqüestros” foi a divulgação pública da lista de pessoas que supostamente recebiam propinas do banqueiro de bicho Castor de Andrade. Nesse caso, o Ministério Público do Rio de Janeiro (MP) fez uma investigação –sem conhecimento da Polícia Civil– a partir de uma denúncia anônima, que revelou a famosa “Lista do Castor”, que supostamente evidenciava o envolvimento de policiais e autoridades políticas com o

jogo do bicho e o tráfico de entorpecentes. Figuravam na “Lista do Castor”, entre inúmeros policiais, os nomes do então diretor da DAS (Divisão Anti-Sequestro) Hélio Vígio, e do delegado Otávio Seiler, que foi diretor da mesma DAS.¹⁹ Vígio foi denunciado criminalmente, em maio de 1994, acusado de receber propinas de bicheiros. Mesmo assim, Vígio permaneceu na direção da DAS, indo depois ser diretor da Divisão de Roubos e Furtos.

A estratégia da Polícia Civil, e do governador Nilo Batista foi de minimizar o impacto da “Lista do Castor”. O governador não aplicou uma portaria baixada por ele que determinava o afastamento de policiais indiciados até em inquéritos administrativos. Apesar da denúncia do MP, nenhuma sanção administrativa foi adotada contra os policiais. A Corregedoria não pediu a saída dos delegados acusados de corrupção. Somente às vés-

¹⁹ “Escândalo do bicho envolve 100”, Folha de São Paulo, caderno Cotidiano, 5/04/94, p. 3-1. A Procuradoria Geral de Justiça entrou com ação civil ordinária contra o delegado Otávio Seiler pedindo a perda do seu cargo e o seqüestro de seus bens. Seiler foi acusado de enriquecimento ilícito. “Procuradoria entra com ação contra delegado”, Folha de São Paulo, caderno Brasil, 07/05/94, p. 1-10. Nilo Batista, Secretário de Polícia Civil do Rio de Brizola, recém-empossado como Governador do Estado do Rio aparecia também na Lista do banqueiro do bicho carioca, Castor de Andrade. Supostamente Batista teria recebido contribuições na campanha eleitoral de 1990. Batista negou ter recebido qualquer dinheiro do bicheiro para sua campanha em 1990. O Procurador-Geral do Estado Biscaia afirmou que não havia evidência de que Nilo efetivamente recebeu o dinheiro e que como autoridade Nilo sempre apoiou o combate contra a contravenção. Cf. “Nilo e Maia estão na lista do bicho”, Folha de São Paulo, caderno Cotidiano, 04/04/94, p. 3-1.

peras da intervenção das Forças Armadas no Rio, Hélio Vígio e mais sete delegados da cúpula da Polícia Civil pediram demissão, por exigência do Exército.²⁰

A “rede de transações colusivas”²¹ que se exhibe no episódio da Lista do Castor parece importante para explicar a “resiliência histórica da impunidade”²² nas organizações. Sob o impacto político das revelações da “Lista do Castor”, o governador e a cúpula da Polícia Civil adotam uma estratégia corporativa de auto-proteção. O afastamento dos cargos dos acusados nem ao menos ocorre. Mas nesse caso, uma intervenção “branca” das Forças Armadas – a chamada “Operação Rio”²³ propicia a ruptura do conluio intra-organizacional.

A formulação do problema da “indústria de seqüestros” passa a ser percebida de maneira diversa com a intervenção do MP, das autoridades políticas federais, das Forças Armadas. A mídia passa a divulgar mais intensamente a “criminalidade policial”²⁴ como um componente da vulnerabilidade da socie-

dade carioca. Setores das polícias passam a ser vistos como parte do problema da “criminalidade organizada”.²⁵ Esses setores passam a ser chamados de “as bandas podres das polícias” pelas autoridades, e divulgados como tal pela mídia e formadores de opinião. Estes “policiais delinqüentes” estão envolvidos com traficantes de drogas, seqüestros e extorsão de seqüestradores e de traficantes, roubos de carros, assaltos a bancos, e vendas de armas aos traficantes.

Reformulado o problema da “criminalidade organizada”²⁵ para incorporar a delinqüência dos policiais civis, militares e federais, fica justificada a intervenção das Forças Armadas para restabelecer o controle sobre as áreas dominadas por narcotraficantes e seus associados e propiciar a “limpeza das polícias”.

Para a reformulação da percepção do problema concorreram as pressões de setores empresariais. Esses possuíam informações, e contatos sociais, suficientes para diagnosticar que seqüestradores que exibiam armas longas e que circulavam com facilidade pela cidade, tinham entre seus associados alguns policiais. Os esforços de setores empresariais contribuíram para a organização de, pelo menos, duas ONGs (organizações não gover-

²⁰ Cf. “Oito delegados da cúpula pedem demissão”, *Jornal do Brasil*, caderno Cidade, 11/11/94, p. 14.

²¹ A expressão é de Emílio Dellasoppa. Ler: Dellasoppa, Emílio. “Estratégias e racionalidade na Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro: marco teórico e abordagem metodológica”, estudo apresentado na 1ª reunião do Grupo Violência e Sociedade da CLACSO. Caracas: CLACSO/ LACSO, 2000.

²² Idem.

²³ Ler: Caldeira, C. “Operação Rio e Cidadania: as tensões entre o combate à criminalidade e a ordem jurídica”, in Reis, Elisa; Almeida, Maria H. Tavares de, e Fry, Peter (coordenadores): *Política e Cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*, São Paulo, HUCITEC-ANPOCS, 1996, p. 50-74.

²⁴ Outro acontecimento que marcou a sociedade carioca foi a Chacina da Candelária, de 23 de julho de 1993: policiais matam oito meninos de rua no Rio de Janeiro.

²⁵ O envolvimento de policiais em redes criminosas veio sendo cada vez mais divulgado pela imprensa ao longo das décadas. Em 1987, a revista *Istoé* publicou uma avaliação que teria sido passada pelo Ministério do Exército ao governador Moreira Franco, segundo a qual 40% do contingente de 16 mil homens da Polícia Civil e 30% dos 45 mil policiais do Rio estariam, de alguma forma, envolvidos com a criminalidade. Cf. *Istoé*, 2/9/1987. Sete anos depois, numa reportagem muito citada para indicar o quadro de desorganização do setor da Segurança Pública estadual, a revista *Veja* citava um “dossiê que revela que 70% da Polícia Civil e 20% da Polícia Militar são corrompidas”. Cf. *Veja*, 23/11/94, p. 80.

namentais) que atuaram bastante sobre o tema segurança pública. A primeira foi o Viva Rio²⁶ que impulsionava uma campanha pública pela intervenção das autoridades federais para aumentar o controle das divisas do Estado do Rio de Janeiro, por onde passam armas e drogas contrabandeadas pelo crime organizado. A segunda ONG foi o Rio Contra o Crime, que possibilitou a implantação do “Disque-Denúncia”, que teve destacada atuação na libertação de vítimas de seqüestros e prisões de seqüestradores e traficantes, ao coletar informações da sociedade. As duas organizações tomaram iniciativas no sentido de reduzir a criminalidade real sem aumentar a violência policial. O Viva Rio enfatizou a integração social da cidade e a redução da violência policial nas favelas. O Rio contra o Crime voltou-se para prover a polícia de informações para investigações.

Essas duas organizações estiveram, desde de sua origem, orientadas por uma perspectiva de uso da mídia para propor, questionar e cobrar a efetivação de políticas públicas. Aqui está um ponto que ainda exige mais reflexão crítica, mas pode ser resumido da maneira seguinte. A política de segurança pública não se articula mais fora dos meios de comunicação de massa, mas por dentro deles. As lideranças das ONGs passam a tentar pautar o espaço jornalístico, mas são, por outro lado, formatadas pela mídia. É o reconhecimento na prática –por parte dos grupos de pressão, dos movimentos sociais e das Ongs– de que o lugar da mediação do poder

está contido pelos meios de comunicação. A linguagem da política se torna assemelhada à da publicidade; cada projeto político é avaliado em termos de adequação aos meios de comunicação; as campanhas e eventos são organizados para se tornarem espetáculos feitos para a cobertura da mídia. E dentre as lideranças empresariais que emergem no Viva Rio e no Rio Contra o Crime estão empresários da indústria jornalística e publicitários, ao lado de lideranças sociais que conquistaram a atenção da mídia, como, por exemplo, o Betinho (Herbert José de Souza). Em consequência dessas mudanças, o discurso político no Rio de Janeiro volta-se para a “imagem” positiva, e para o “marketing”, da “cidade internacional”, que precisa ser pacificada e feita segura para as empresas e os negócios, e para atrair os investimentos internacionais.²⁷

Fazer de um limão uma limonada: a reforma da Divisão Anti-Seqüestro

Como reverter situações adversas e reformar instituições policiais corruptas e/ou ineficazes? Face aos seqüestros extorsivos, os tomadores de decisões na área de segurança pública no governo Marcello Alencar tiveram que se posicionar perante tal questão.

O início e o desenvolvimento, da Administração Alencar na área de segurança pública foram condicionados pela intervenção das Forças Armadas, e da polícia federal, no Estado através da chamada Operação Rio.²⁸

²⁶ Sobre a criação do Viva Rio em setembro de 1993 e suas atividades iniciais, ler: Ventura, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Viva Rio foi um dos principais articuladores da Caminhada pela Paz, realizada no dia 28 de novembro de 1995. Essa manifestação foi principalmente impulsionada pela “onda de seqüestros” que atormentava os cariocas.

²⁷ O projeto do Rio como “cidade internacional” foi discutido em Caldeira, Cesar, “Segurança Pública e Seqüestros no Rio de Janeiro: 1995-96”, *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 20, outubro-dezembro, 1997, p. 194-204.

²⁸ Sobre os aspectos jurídicos e políticos da Operação Rio, ler: Caldeira, Cesar, “Segurança pública e Cida-

Os objetivos da intervenção militar foram assumidos e implementados pelo governo civil eleito, que tentou realizar tarefas que talvez só pudessem ser efetivadas durante um “regime de exceção”, com as conseqüências liberticidas que se podem antever. Freios institucionais²⁹ e oposição política³⁰ foram sistematicamente mobilizados para evitar que uma política de “lei e ordem” se efetivasse como “militarização” da política de segurança pública. Como resultado das lutas políticas travadas se teve uma Administração que, de fato, implementou uma “linha dura” na política de segurança pública –com respaldo popular–, mas que foi questionada e contida por seus excessos e pelos seus abu-

danias: as instituições e suas funções no Brasil Pós-Constituinte”, *Revista Archè*, nº 9, 1994, p. 5-25. E também, Caldeira, Cesar, “Operação Rio e Cidadania: as tensões entre o combate à criminalidade e a ordem jurídica”, in Reis, Elisa, Almeida, Maria Hermínia Tavares de, e Fry, Peter (coordenadores), *Política e Cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: HUCITEC- ANPOCS, 1996, p. 50-74.

²⁹ Dentre esses freios usados destacaram-se dois: 1. As atividades da Comissão Especial de Segurança Pública, presidida pelo deputado estadual Carlos Minc (PT), que conseguiu ampliar o debate público, e exerce algum monitoramento, sobre a atuação das polícias para além do âmbito corporativo-policial e do Executivo. Além de iniciativas legislativas, a Comissão promoveu ações coordenadas entre o Legislativo e a Secretaria de Segurança Pública como o “Disque Tortura” para recebimento de denúncias e uma campanha chama “Operação Varredura” destinada a retirar instrumentos destinados a torturas de prédios policiais. 2. As atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Violência Policial, presidida pelo deputado estadual Edmilson Valentim (PC do B).

³⁰ Merece destaque a articulação criada por entidades da sociedade civil, durante a Operação Rio, que foi chamada de “Fórum Permanente contra a Violência”.

dos.³¹ Neste trabalho que versa sobre a política de combate anti-sequestros o foco de atenção cai apenas sobre uma das linhas de atuação da Administração Alencar.

Secretaria de Segurança Pública (1994-98)

A atuação dos três Secretários de Segurança Pública³² revela mais continuidades que rupturas. Todos promoveram ações na área de segurança pública interna orientados por valores, crenças e concepções oriundos da doutrina militar. Partilhavam ainda da percepção que estavam comandando ações numa guerra interna. Conseqüentemente, usaram, com freqüência, táticas militares como “blitzes”, “cercos”, “tomadas” e “ocupações” de morros e favelas onde se encontrava o “inimigo” (o narcotraficante pesadamente armado).

Chefia da Polícia Civil (1994-98)

Três delegados chefiaram a Polícia Civil.³³ Hélio Luz³⁴ foi certamente o mais polêmico,

Ver: Caldeira, Cesar. “Operação Rio e Cidadania: as tensões entre o combate à criminalidade e a ordem jurídica”, in Reis, Elisa, Almeida, Maria Hermínia Tavares de, e Fry, Peter (coordenadores), *Política e Cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: HUCITEC- ANPOCS, 1996, p. 61-62.

³¹ Esse tema é discutido em: Caldeira, Cesar. “Segurança Pública e Sequestros no Rio de Janeiro: 1995-96”, *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 20, outubro-dezembro, 1997, p. 194- 204.

³² Os três secretários foram: o general-de-brigada, da reserva, do Exército Euclimar Lima da Silva (01.01/95 até 16.05.1995); general Nilton Cerqueira (17.05.95 até 04.04.98) e coronel de Exército Noaldo Alves da Silva (até o final da Administração Marcello Alencar).

³³ Foram os delegados Dilermano Amaro, Hélio Luz e Manoel Vidal.

e o que mais insistiu nas diretrizes da “limpeza” da polícia, do combate à violência policial e de eficiência nas investigações. A Divisão Anti-Sequestro se subordina à Chefia da Polícia Civil.

*Divisão Anti-Sequestro
(DAS): 1995-98*

A promessa do governador Marcello Alencar era prender pelo menos um dos chefões do crime organizado logo nos primeiros quinze dias de governo.³⁵ Além dos traficantes de drogas, havia um bandido especializado em sequestros extorsivos que era prioridade absoluta: Miguelzinho (Miguel Alves da Silva Neto). De acordo com a DAS, Miguelzinho era o mais atuante sequestrador do Estado, tendo inovado em técnicas e organização.³⁶ A trajetória desse importante sequestrador servirá para ilustrar, ao final desta

análise, as dificuldades que ainda pairam sobre a avaliação da depuração e modernização da DAS entre 1995 e 98.

Dez delegados chefiaram a DAS no período.³⁷ O período de maior rotatividade foi o ano de 1995, em que passaram cinco delegados pela chefia da DAS. Esse foi o ano em que houve o maior número de sequestros registrados. Em 1997, quatro delegados chefiaram a DAS, observando-se que nos meses de setembro e outubro ocorreu também uma “onda de sequestros” que justificou as mudanças no comando.

*DAS: a imagem inicial e
a trajetória da modernização*

A DAS no início do governo Marcello Alencar espelhava a imagem do delegado Hélio Vígio, que a dirigiu durante dois anos (1992-94). Em agosto de 1993, ocorreu o desaparecimento do funcionário da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Jorge Antônio Care-

³⁴ Hélio Luz foi chefe da Polícia Civil de julho de 1995 a setembro de 1997.

³⁵ “Novo governo quer mostrar serviço com prisão de chefões”, Folha de São Paulo, editoria nacional, 31/12/1994, p. 1-14.

³⁶ Pelo menos onze sequestros foram atribuídos pela DAS à organização de Miguelzinho até o final de 1994. As vítimas seriam: Antônio Correia Barbosa, dono da Viação São Silvestre, sequestrado em novembro de 1992; Ozualdo Gonçalves, dono da Transportes Atrevida, levado em maio de 1994; Francisco Nancy, sequestrado na Casa de Saúde São Judas Tadeu, em Itaboraí, em dezembro de 94; Antônio Lopes da Silva Cunha, dono dos supermercados Dallas e Rainha, levado em outubro de 94; Parker Gilbert Cavalcanti, proprietário da agência de automóveis Telecar, sequestrado em março de 92; José Eduardo Ozório, dono da concessionária Auto Modelo, levado em setembro de 92; Manoel Veiga Tiago, dono da Transportes Campo Grande, sequestrado em Bangu em julho de 93; Humberto Stor, proprietário da Viação Ideal, se-

questrado em Nova Iguaçu, em novembro de 93; Wagner José Abrahão, sócio da agência de turismo Stella Barros, sequestrado em março de 94, em Xerém; Hayrton Bassini, levado na Rio-Teresópolis, em março de 94; Manoel Alves Lavoura, dono da Viação Trel, sequestrado em junho de 94.

³⁷ Foram diretores da DAS em 1995 os delegados: Antônio Agra Lopes (até 21.02.95); Ícaro da Silva (até 27.05.95), Hélio Luz (até 05.07.95), Alexandre Neto (até 04.11.95), e Paulo Roberto Maiato (até 25.01.96). Em 1996, a DAS teve três delegados como diretores: Paulo Maiato, Antônio das Graças Francisco Ragozzo (até 20.03.96), Herald Paquet Spíndola Filho, e em 1997, teve quatro, Herald Paquet Spíndola Filho (até abril). Tércia Amoedo (até 14 de set. 97) Terezinha Pereira Gomes (até 11.11.97), Marcos Reimão. Em 1998, um delegado Marcos Reimão (até 14 de abril de 1999). Em 1999, dois delegados: Marcos Reimão e Fernando Moraes (que ainda é titular em fevereiro de 2000).

lli, que supostamente teria sido seqüestrado e assassinado por agentes da DAS. Esse caso recebeu grande cobertura jornalística e comprometeu ainda mais Vígio, contra quem já constavam inúmeras acusações de arbitrariedades. Em 1994, a “lista do Castor” somou à sua fama de truculento a de corrupto. A imprensa revelava ainda que Vígio vendia serviços clandestinos de segurança pessoal e patrimonial a empresários e executivos. Sua equipe pedia dinheiro às famílias de vítimas de seqüestro a título de despesas com equipamento. Seqüestradores eram extorquidos mesmo com a vítima ainda no cativeiro, como no caso do empresário José Alves Lavouras, executado em abril de 1993, após o pagamento de dois resgates.³⁸ Na saída de Vígio foram levados os arquivos e documentação dos seqüestros, ficando a DAS apenas com a memória viva de policiais que lá trabalharam.³⁹

A Operação Rio, realizada pelas Forças Armadas, não conteve as atividades dos seqüestradores. Ao contrário, em comparação com o verão anterior, ocorreu um aumento de 171% das ocorrências de extorsão mediante seqüestro (um total de 46 casos).⁴⁰

A primeira reação da nova Administração foi “colocar um delegado com uma faca na boca” –um Rambo– na direção da DAS. Essa frase atribuída ao governador Marcello Aleinca sugeriu qual a diretriz que se deveria seguir.

³⁸ Cf. “Hélio Vígio: um delegado de métodos truculentos”, *Jornal do Brasil*, caderno cidade, 27/08/1995, p. 29.

³⁹ Cf. “Diretor da DAS enfrenta primeiro seqüestro”, *Jornal do Brasil*, 01/06/1995, p. 25.

⁴⁰ Cf. Fernandes, Rubem César e Carneiro, Leandro Piquet: “Criminalidade, Drogas e Perdas Econômicas no Rio de Janeiro”, Núcleo de Pesquisas do ISER, agosto de 1995, p. 42.

Cerca de 150 policiais⁴¹ foram postos à disposição do novo diretor da DAS, Ícaro da Silva, e a DAS mudou-se da Barra da Tijuca (zona sul) para a Praça Mauá (zona portuária). Todos os novos policiais partilhavam da mesma inexperiência em investigações sobre seqüestros extorsivos, segundo depoimento de delegados que lá estavam na época. Apesar das promessas públicas do governo,⁴² não foram enviados os recursos necessários para aparelhar a DAS com equipamento de comunicação (celulares, aparelhos de rastreamento de chamadas telefônicas, rádios, computadores, etc.). O equipamento de comunicação e rastreamento de chamadas que era usado foi “cedido pela TELERJ”. Sem informação arquivada sobre redes de seqüestradores,⁴³ sem experiência em investigações sobre seqüestros, e ainda sem equipamentos de comunicação adequados, a atuação da DAS estava condenada ao fracasso. Isto numa conjuntura em que o governador cobrava êxito nas investigações sobre seqüestros, como a do empresário Queiroz Galvão, um dos proprietários de uma importante construtora carioca. Mas,

⁴¹ A DAS tinha a estrutura seguinte: 1) um Serviço de Investigação e Operações Policiais. Dez delegados foram alocados na Das, cada um chefiando uma equipe de dez agentes. 2) Serviço de Apoio.

⁴² O governo prometeu até helicóptero para a nova DAS, que seria uma delegacia especializada do primeiro mundo.

⁴³ Quem primeiro declarou publicamente que Hélio Vígio havia levado os arquivos da DAS para sua empresa particular de segurança foi o Chefe de Polícia Hélio Luz. Segundo Hélio Luz, “se o Vígio entendesse de seqüestros, teria prendido algum seqüestrador. Na sua gestão a sua equipe seqüestrava. Herdamos a Divisão sem um arquivo de seqüestradores. Não houve sequer uma condenação dos detidos pelo Vígio”, *Jornal do Brasil*, ‘Shadow Cabinet’ dá primeira gafe, 13/01/96, p. 20.

além dessas deficiências, permaneciam policiais da “banda podre” na instituição que estavam envolvidos com seqüestros.⁴⁴ Desgastado e irritado com a inoperância e corrupção na DAS, o governador Marcello Alencar anuncia que vai extinguir a instituição, sem nem mesmo consultar o seu Secretário de Segurança, que constrangido pede demissão. Esta crise que quase leva à extinção da DAS indica a gravidade da situação em maio de 1995.

O novo secretário de Segurança Pública é o general Nilton Cerqueira, que indicou logo o delegado Hélio Luz como novo titular da DAS, com o encargo de depurar a instituição e torná-la eficiente no combate aos seqüestros. Perguntado por um repórter sobre o que mudaria na DAS sob a sua chefia, respondeu com uma frase que ficou famosa: “A partir de agora a Anti-Seqüestro não seqüestra mais.”⁴⁵

O que fez o delegado Hélio Luz para buscar eficiência e estancar a corrupção na DAS? De acordo com seu próprio depoimento, primeiro, havia falta de controle sobre os policiais lotados na DAS, que estavam divididos em equipes que trabalhavam de forma inteiramente dispersa. Era necessário restabelecer o controle sobre o que estava sendo feito.⁴⁶ Segundo, era preciso impedir a livre

circulação no interior da DAS de representantes de empresas privadas, algumas até estrangeiras, que vendiam seguros contra seqüestro para empresários. Estes seguros não são permitidos por lei. Porém estavam crescendo e inúmeros empresários compravam esta proteção. Em consequência, quando se dava o seqüestro de um segurado, a seguradora pagava à família da vítima o seguro e assumia as negociações. Terceiro, era necessário acabar também com o trânsito livre de advogados especializados em negociações às dependências da DAS, pois as esta atividade visava o pagamento do resgate aos seqüestradores. Com a soltura da vítima após o pagamento, o caso estava encerrado, e o advogado podia receber seus honorários. Mas se tornava impossível uma investigação policial sobre o caso, e conseqüentemente, a “indústria de seqüestros” só tenderia a crescer.

Como se coibiu o acesso de representantes de empresas de seguro, e de advogados especializados em negociações? Eles passaram a ficar na portaria da DAS, segundo Hélio Luz. Conforme sugere o estudo de Emílio Dellasoppa,⁴⁷ um dos ingredientes das operações de conluio que se verificam nas organizações e instituições brasileiras, está numa “restrição ao uso de legítimos recursos disponíveis”. O tomador de decisões poderia aplicar rigorosamente a lei, inclusive usando de sanções severas, porém, opta por afastar do seu campo imediato de controle a questão, e sinalizar que de agora em diante os limites de tolerância são mais severos. Essa escolha é feita provavelmente com fundamento numa lógica de prudência

⁴⁴ Caldeira, Cesar. “Segurança Pública e Seqüestros no Rio de Janeiro: 1995-96”, *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 20, outubro - dezembro, 1997, p. 206.

⁴⁵ “Secretário ordena devassa completa na DAS: Hélio Luz, novo titular da Divisão Anti-Seqüestro, assume e avisa que acabou a fase que policiais participavam dos crimes”. *Jornal do Brasil*, 30/05/95, p. 20.

⁴⁶ Hélio Luz trouxe para a DAS as primeiras viaturas policiais descaracterizadas. Até aquele momento as investigações sobre suspeitos eram conduzidas por policiais que transitavam alertando a todos sobre suas atividades!

⁴⁷ Dellasoppa, Emílio. “Estratégias e racionalidade na Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro: marco teórico e abordagem metodológica”, estudo apresentado na 1ª reunião do Grupo Violência e Sociedade da CLACSO. Caracas: CLACSO/LACSO, 2000, p. 1-47.

e em nome da estabilidade institucional. Este estilo de controle administrativo pressupõe que as mudanças sejam, efetivamente, negociadas. Os atores institucionais que participam da re-pactuação das regras de convívio e de cooperação aceitam –pelo menos enquanto perdurar a correlação de forças políticas– orientar-se pelas novas diretrizes. Por outro lado, os que se submetem à observância dessa forma de controle têm a expectativa de que não sofrerão o “rigor da lei”. Em seu livro, Hélio Luz menciona que ao assumir a DAS, fez a advertência seguinte ao general Nilton Cerqueira, secretário de Segurança Pública:

“General, aquilo lá tem muita corrupção e não há como dizer que eu vou chegar e parar imediatamente com os seqüestros. Até porque há policiais envolvidos.

Cerqueira o tranqüilizou:

“Não vou te cobrar resultados a curto prazo. Quero só que você estanque a corrupção e mantenha a delegacia sob controle. Depois nós examinamos o que tem de ser feito a mais.”⁴⁸

Esse exemplo aponta para a necessidade analítica de vislumbrar que nas organizações realmente existentes ocorrem relações complexas, e pouco transparentes para os observadores externos, entre os atores e o sistema organizacional. No centro desta perspectiva estão as questões relativas à distribuição do poder dentro da própria organização, como, por exemplo, de que maneira os atores buscam maximizar seus recursos⁴⁹ e liberdade de ação através das mais diversas formas.

A gestão de Hélio Luz na DAS foi breve mas possibilitou a que mudanças ocorressem. Primeiro, as equipes de investigação foram alteradas. Vinte e cinco novos policiais –dos quais cinco delegados– todos oriundos da CISP (Central de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública) passaram a integrar a DAS. Ao todo eram doze delegados chefiando grupos de seis a oito agentes. Inicialmente cada delegado acompanhava um caso, com sua equipe. Porém o número crescente de ocorrências fazia com que se acumulassem casos, e até que houvesse maior cooperação entre os delegados em casos que pareciam ser ligados a mesma quadrilha de seqüestradores. Segundo, houve a mudança física da DAS para o Leblon (zona sul), onde veio a partilhar o prédio construído por hoteleiros para funcionar a Delegacia Especializada no Atendimento a Turistas (DEAT). Terceiro, alguns delegados vão, pela experiência em sucessivas investigações, aprimorando técnicas voltadas a monitorar, e orientar, as negociações em torno do resgate pedido e, eventualmente, rastrear e capturar o seqüestrador que conduz a negociação. Novos equipamentos chegam para aumentar o controle sobre as comunicações telefônicas efetuadas. Algumas investigações bem sucedidas começam a ocorrer.

O delegado Alexandre Neto, indicado por Hélio Luz para a direção da DAS, teve pelo menos um momento a comemorar. A prisão de integrantes de três quadrilhas de seqüestradores e a recuperação de R\$ 40 mil referentes a pagamentos de resgate.⁵⁰

⁴⁸ Benjamin, Cid. *Hélio Luz: um xerife de esquerda*. Rio de Janeiro, Contraponto/ Relume-Dumará, 1998, p. 53.

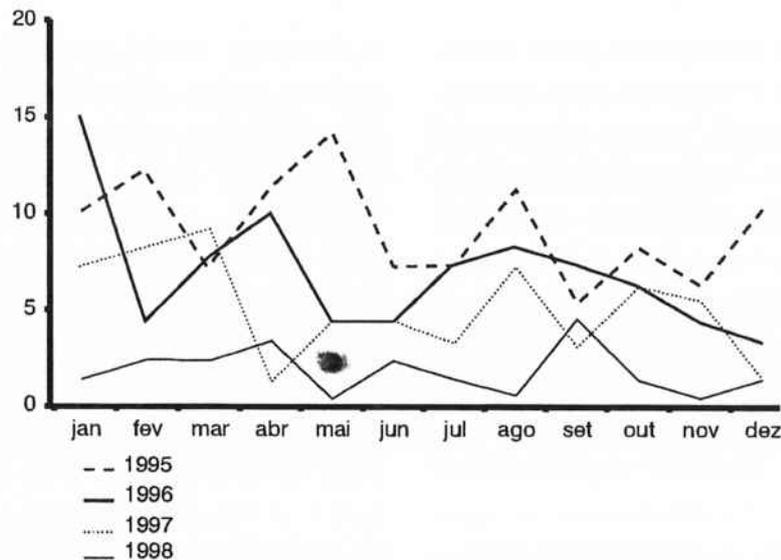
⁴⁹ Um exemplo está na prática de policiais armazenarem informações e não partilharem o que sabem com os colegas de trabalho.

⁵⁰ A recuperação do resgate parecia uma novidade importante. “Recuperação de resgate faz divisão comemorar”, *Folha de São Paulo*, editoria Cotidiano, 25/08/95, p. 3-4.

Mas a onda de seqüestros era crescente, e os insucessos da DAS nas investigações sobre os três seqüestros de estudantes –filhos de empresários importantes—⁵¹ no dia 25 de outubro de 1995 vão levá-lo à demissão.⁵²

No final de outubro de 1995 a crise estava no auge. O governador chegou a sugerir que

estavam querendo desmoralizar o seu governo: “Esses seqüestros são uma forma de desafiar meu governo. Eu aceito esse desafio. Guerra é guerra e, se for preciso, eu vou para guerra”,⁵³ disse. Havia suspeita de participação de policiais civis⁵⁴ e militares nos seqüestros.⁵⁵



Na mobilização para capturar seqüestradores, e suspeitos de participação em seqüestros, chegou-se a colocar 500 policiais nessa

no auge desta crise. Muitas prisões foram efetuadas, no período 1995-98, como o gráfico abaixo indica.

⁵¹ Eduardo Gouveia Vieira, Carolina Dias Leite e Marcos Fernando Chiesa.

⁵² “Negligência derruba o chefe da Anti-sequestro: Alexandre Neto será exonerado devido a desleixo de equipe da DAS na checagem de denúncia sobre cativo de Marcos Chiesa”, *Jornal do Brasil*, 03/11/1995, p. 14.

⁵³ “Governador acredita em complô”, *Folha de São Paulo*, editoria Cotidiano, 26/10/95, p. 3-7.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ “A DAS preparou uma lista com os nomes de 25 policiais militares da ativa suspeitos de integrar quadrilhas responsáveis pelos seqüestros que vêm ocorrendo no Rio de Janeiro.” Cf. “Rio faz lista de 25 PMs suspeitos”, *Folha de São Paulo*, caderno Cotidiano, 14/11/95, p. 3-1

ANO	1994	1995	1996	1997	1998*
Presos em flagrante e mandados de prisão cumpridos	29 (de 19/4 à 26/12)	146	123	109	134
Seqüestradores indiciados e com prisão preventiva decretada		41	86	33	

Fonte: SSP - SsPOp

* DAS (Divisão Anti-Seqüestro)

A intensidade da crise gerada pelos seqüestros de outubro de 1995 propiciou a mudança do diretor da DAS, porém sem mudar substancialmente as equipes já montadas na organização. A rigor, mudanças estruturais na DAS só ocorrerão quando é demitido o Chefe de Polícia Hélio Luz em setembro de 1997. Antes dessa data há alguma circulação dos atores, porém o grupo principal é de “confiança” de Luz.

Este aspecto da dinâmica organizacional parece importante. Eventualmente as equipes podem não estar produzindo os resultados cobrados pela autoridade superior – principalmente na velocidade exigida pela mídia e pela sociedade. Mas existe um “crédito de confiança” dado aos policiais e a expectativa de que as investigações sérias levarão à solução dos casos atuais e prisão de seqüestradores envolvidos com casos antigos. A eficiência é cobrada pelas autoridades superiores mas é atenuada pela rede de lealdades recíprocas que se constroem horizontal e verticalmente pelos atores e pelos grupos que operam na organização. Estes mecanismos tornam cooperação e comportamento previsíveis (por exemplo, que após algum desvio de conduta, falha operacional séria ou irregularidade administrativa um policial seja afastado da organização – dependendo do grau de “visibilidade pública” do fato).

Em 1996, as equipes reunidas na DAS já evidenciavam um padrão mais moderno, e

aprimorado tecnologicamente, de investigação centrado na interceptação das chamadas telefônicas relativas à negociação do resgate. São criados “bancos de vozes” de seqüestradores que conduzem as negociações. Os rastreamentos telefônicos são mapeados para localizar os lugares privilegiados de atuação das quadrilhas. A orientação da negociação passa a ser feita por policiais – cada vez mais especializados ao longo dos anos, inclusive com cursos em países como Israel. A função do policial orientador torna-se mais importante na investigação.⁵⁶ Por exemplo, o orientador identificará de onde vem a ligação, e verificará se existe uma equipe de captura nas proximidades do local da chamada. Acompanhado de um familiar⁵⁷ da vítima, o orientador decidirá se a chamada deve ser atendida, ou não, e quanto tempo deve durar com o objetivo de que surjam novas pistas para a investigação. De acordo com o posicionamento das equipes de captura dos seqüestradores poderá haver uma tentativa de

⁵⁶ O orientador também visa reduzir o valor do pagamento do resgate. No entanto, ao contrário do negociador particular, o orientador pode prolongar a negociação com o objetivo de aumentar as pistas necessárias para a captura dos seqüestradores, sem pagamento do resgate.

⁵⁷ O policial que orienta a negociação não fala diretamente com os seqüestradores.

prisão. No final do período em estudo, as técnicas de posicionamento, e movimentação, de equipes de policiais já permitem que uma ligação telefônica de duração de um minuto e meio à dois minutos seja suficiente para uma captura bem sucedida.⁵⁸

Após a saída da delegada Tércia Amoedo da DAS, que ocorreu após a demissão do Chefe de Polícia Hélio Luz, a direção passa para a delegada Teresinha Pereira Gomes, policial de inteira confiança do novo Chefe de Polícia Manuel Vidal. Sem experiência em investigação de seqüestros,⁵⁹ a delegada assumiu a DAS com poderes delegados do Chefe de Polícia para conduzir mudanças. Houve uma notável remoção de policiais⁶⁰ e a DAS passou a operar com cinco delegados e noventa agentes.

Talvez por mera coincidência uma “onda de seqüestros” ocorreu exatamente durante esta gestão da DAS. No final de setembro a

imprensa voltava a soar o alarme pois já existiam sete casos de seqüestros no mês e três outros casos eram investigados extra-oficialmente.⁶¹ Em outubro, a situação piorou: a polícia investigava oficialmente onze casos de seqüestros, e a cobertura da imprensa ficou outra vez bastante intensa.⁶² Qual a novidade? Os seqüestradores vitimaram três executivos de grandes empresas.⁶³

O que se constata é que o impulso para mudanças na política anti-sequestros está relacionada diretamente a quem é a vítima do seqüestros, e não somente ao número de vítimas, o que é importante porque houve, desde 1994, uma “banalização” desta prática delituosa. Aquilo que causa, de fato, escândalo e mobilização política-social é a vulnerabilidade de certos setores da elite empresarial que são atingidos pela predação delinqüente. Aliás, a história da DAS está diretamente ligada, desde o início, precisamente a esta dinâmica política-social. No governo Moreira Franco (1987-1990), foi criada como “Divisão” –um status supostamente superior às delegacias– após o seqüestros do empresário e publicitário Roberto Medina (6/6/1990). Foi uma resposta simbólica. De fato, a DAS não foi estruturada, naquele momento, para funcionar. Atendia, no entanto, aos reclamos dos setores empre-

⁵⁸ Essas capturas são realizadas por policiais que dirigem motocicletas –com grande habilidade para superar os problemas de trânsito do Rio. Em 1998, cerca de sessenta por cento dos casos começavam a ser resolvidos com a captura do negociador. Depois de preso, a autoridade policial pode negociar a delação do restante do grupo com o seqüestrador capturado. A redação determinada pela Lei nº 9.269, de 2 de abril de 1996 para o §4º do Código Penal permite este procedimento nos casos de “extorsão mediante seqüestros”. Cf. Código Penal, art. 159, § 4º Se o crime é cometido em concurso, o concorrente que o denunciar à autoridade, facilitando a libertação do seqüestrado, terá sua pena reduzida de um a dois terços.

⁵⁹ Durante o tempo que trabalhou na Polícia Civil, a delegada esteve em algumas delegacias distritais e na Corregedoria, trabalhando com o recém nomeado Chefe de Polícia, Manoel Vidal.

⁶⁰ Isto possivelmente atrapalha a investigação de vários seqüestros que estavam sob acompanhamento de policiais removidos.

⁶¹ “Seqüestros crescem no Rio”, *Jornal do Brasil*, caderno Cidade, 2ª edição, 27/09/1997, p. 20.

⁶² “Onze seqüestros no Rio”, *Jornal do Brasil*, caderno Cidade, 2ª edição, 18/10/1997, p. 18.

⁶³ Os seqüestrados VIP eram: Sônia Machado Jardim, diretora-financeira da Editora Record –que fez com que o fato tivesse divulgação internacional via rede empresarial cultural. Seqüestrada dia 16/10/97; Rosane Manela, filha do dono da De Millus. Seqüestrada dia 13/10/1997; o empresário de transportes (aviações Acari e Transmil), Waldir Fernandes do Amaral. Seqüestrado dia 13/10/1997.

sariais que ameaçavam “deixar o Rio” se os seqüestros extorsivos não fossem contidos. Durante o segundo governo Brizola (1991-94) as relações com setores de empresários da mídia, da indústria e do comércio se deterioraram enormemente. Estes setores empresariais exigiam incursões policiais sobre os morros e favelas cariocas para restabelecer a ordem e para exterminar os traficantes de drogas (que supostamente eram a fonte de todos os males e novas práticas criminosas organizadas). A recusa da ocupação policial dos morros e das favelas cariocas está no centro deste debate sobre a política criminal. A Operação Rio veio a “federalizar” o problema com o cerco e a ocupação dos morros e favelas pelas Forças Armadas e Polícia Federal. Mas quando se constatou que, em relação ao verão anterior e apesar da Operação Rio, o roubo de carga havia aumentado 10%, que os roubos a banco cresceram 92%, e os casos de extorsão mediante seqüestro incharam em 171%, começou a mudar a apreciação do problema. Era necessário reprimir também a “criminalidade policial”, fator decisivo na composição do chamado crime organizado. Era, enfim, crucial criar uma “nova polícia”.

A pressão empresarial⁶⁴ sobre o governo Marcello Alencar sempre foi muito grande e explícita em relação aos seqüestros extorsivos. No dia 15 de fevereiro de 1995, quando

⁶⁴ A pressão vinha do empresariado local e internacional. Executivos de empresas estrangeiras instaladas no Brasil cobraram em reunião com secretário estadual de Segurança do Rio, general Nilton Cerqueira, no dia 5 de julho de 1995, garantias para o empresariado interessado em investir no Estado. Em encontro promovido pela Câmara de Comércio Americano no Brasil, Cerqueira foi informado de que as multinacionais hesitam em se instalar no Rio por temer principalmente os seqüestros. O secretário foi questionado por 60

já se contavam 30 seqüestros no Rio, houve uma reunião de empresários e lideranças de entidades não governamentais, sobre o que fazer em relação à “indústria de seqüestros”.⁶⁵ Nesta época se articula uma Ong patrocinada por empresários – “Rio contra o Crime” – que irá, logo depois, montar um serviço, sediado junto ao Gabinete do Secretário de Segurança Pública, chamado “Disque-Denúncia”. As parcerias e as doações empresariais para a área de segurança pública também começaram cedo⁶⁶ e se mantiveram durante todo o período.

Em novembro de 1997, quando o delegado Marcos Reimão inicia sua gestão reformista, ele conta com o apoio da Ong “Rio Contra o Crime” para equipar e modernizar a organização. Reimão foi indicação do Secretário de Segurança, general Nilton Cerqueira, de quem era “pessoa de confiança”. Além de recursos tecnológicos de ponta, Reimão inovou em alguns pontos. Primeiro, quase todos os grupos e facções da Polícia Civil foram convidados, e vieram, participar da nova gestão da DAS, sob o controle de Reimão. Além disso, a nova gestão incorporou policiais militares –que se destacaram,

executivos de empresas como IBM, Coca-Cola, Shell, Texaco, Unisys e Xerox. Cf. “Multinacionais pedem segurança no Rio”, *Folha de São Paulo*, caderno Cotidiano, 06/07/95, p. 3-3.

⁶⁵ “Entidades civis avaliam combate aos seqüestros”, *Folha de São Paulo*, caderno Cotidiano, 16/02/95. p. 3-3.

⁶⁶ “Empresas podem dar equipamento para polícia”, *Folha de São Paulo*, caderno Cotidiano, 22/03/95, p. 2. O general Cerqueira chegou a dizer que a polícia não tinha aparelhos eletrônicos capazes de identificar de onde partiam os telefonemas dos seqüestradores. Cf. “Multinacionais pedem segurança no Rio”, *Folha de São Paulo*, caderno Cotidiano, 06/07/95, p. 3-3. Esta ajuda foi depois obtida.

por exemplo— como orientadores de negociações. Incorporar policiais militares é uma tarefa difícil devido às tradicionais rivalidades existentes entre as polícias. Pessoas de outras áreas,⁶⁷ como do DESIPE que trata do sistema penitenciário, foram também trazidas para a DAS. Este tipo de participação provou ser útil para agilizar investigações, pois existem seqüestradores que comandam suas quadrilhas de dentro de penitenciárias. Havendo alguém “de confiança” do DESIPE dentro a DAS se torna possível conduzir investigações dentro das penitenciárias sem usar a linha hierárquica de pedidos de permissão e sem deixar “vazar” informações sobre o andamento da operação. Segundo, novas técnicas de acompanhamento da família da vítima foram adotadas para gerar confiança no trabalho policial. A qualidade desse atendimento é decisivo às vezes para que famílias que tenham colaborado previamente com a DAS venham a entrar em contato com famílias que relutam em ajudar na investigação. Supostamente este acompanhamento deve ir até o julgamento do último seqüestrador preso daquele caso. Terceiro, adotou-se a diretriz de não interceptar o pagamento do resgate.⁶⁸

A gestão de Marcos Reimão se distinguiu pelo sucesso em resolver os casos com captura de seqüestradores no cativo e libertação das vítimas sem pagamento de resgate.⁶⁹

⁶⁷ Cresceu também o intercâmbio como Ministério Público, as Forças Armadas e a Polícia Federal.

⁶⁸ A tentativa de interceptação do pagamento do resgate gera alto risco para a vítima porque é muito difícil capturar todos os seqüestradores que estão envolvidos na operação. Os policiais são atualmente orientados para filmar e fotografar os seqüestradores.

⁶⁹ Entre novembro de 1997 e março de 1999, a gestão de Reimão investigou 21 casos de seqüestro. Foram resolvidos 17 casos com estouro de cativo e sem

Uma frase feita pelo delegado e divulgada pela imprensa também marcou o período: “É DAS ou desce”.⁷⁰

Breve nota sobre o “Disque-Denúncia”

A partir de uma reunião realizada em fevereiro de 1995, com o recém empossado governador Marcello Alencar, um grupo de 25 empresários —que “representavam cerca de 99% do PIB carioca”—⁷¹ decidiram criar uma organização de suporte ao governo (Associação Rio contra o Crime). O projeto do Disque-Denúncia surgiu como um serviço patrocinado por esta ONG.

O projeto do Disque-Denúncia pretendia contribuir para a multiplicação da capacidade investigativa das polícias ao repassar as informações (denúncias) feitas pela população. É um projeto de baixo custo —cerca de 300 mil dólares por ano.⁷² Três pontos são

pagamento de resgate. Quanto aos outros quatro casos: 1. Em um caso houve pagamento de resgate, que posteriormente foi recuperado (180 mil reais); 2. Em um caso a vítima fugiu do cativo, e 3. Em dois casos o resgate foi pago e as vítimas libertadas pelos seqüestradores.

⁷⁰ A frase é entendida como um desafio: ou o seqüestrador se rende à DAS ou desce para a vala, ou seja vai morrer. Em matéria mais recente a imprensa ainda lembrava a frase, Cf. “Roubo de carro é alvo de Reimão”, O DIA on line, 15 /04/1999.

⁷¹ Expressão usada por Zeca Borges, diretor do Disque-Denúncia, em palestra na Candido Mendes em novembro de 1999 ao contar a história da organização.

⁷² Dentro do orçamento dedicado à Segurança Pública é quase insignificante. Por envolver pouco dinheiro talvez não tenha conseguido ser implantado em outros Estados da Federação. Dez por cento de pouco dinheiro não costuma interessar a alguns políticos e administradores.

fundamentais no projeto. Primeiro, existe a garantia de anonimato do denunciante. Isto garante a segurança do informante. É útil também para as polícias que podem alegar que obtiveram a informação pelo Disque-Denúncia mesmo quando, na verdade, tinham um informante policial envolvido na quadrilha. Segundo, o Disque-Denúncia paga recompensa. Este prêmio serve para incentivar denúncias daqueles segmentos indiferentes face às práticas delituosas, ou mesmo com envolvimento periférico com a criminalidade. A recompensa –por ser polêmica– gera ainda notícia e cobertura da mídia que poderia ter um custo financeiro vultoso neste empreendimento. Criminosos são procurados em até campanhas nacionais. A divulgação do retrato do criminoso e o anúncio da recompensa serve também para desestabilizar o ambiente do bandido: às vezes, o criminoso terá que mudar de local devido às notícias. Ao tentar restabelecer contatos, por exemplo com familiares, alguns são presos devido à interceptação telefônica. Terceiro, o Disque-Denúncia trabalha em “parceria” com a mídia. Entrega-se notícias e a mídia dá cobertura.

O Disque-Denúncia foi sediado na Secretaria de Segurança Pública, e como aparece no seu material de divulgação, está “diretamente ligado ao Gabinete do Secretário de Segurança Pública”. Esta localização foi necessária devido ao notável descrédito que a população tem nas polícias e suas investigações. Na avaliação dos criadores do serviço o povo não se interessaria em ligar para uma central de atendimento localizada num distrito policial ou num quartel da polícia militar. O general Nilton Cerqueira acabou se tornando um dos principais divulgadores da organização.⁷³

⁷³ Esta ONG não conduz investigações policiais. As informações são passadas para o CISP (Central de

O acaso favoreceu a instalação do Disque-Denúncia. O clima de comoção popular com a violência urbana e, em particular, com os seqüestros fez ser politicamente possível operar a organização em agosto de 1995. Em setembro começa a divulgação do seu trabalho, por exemplo, mostrando como se pode identificar uma casa suspeita de ser um “cativo” com uma vítima de seqüestro. A principal história de sucesso ocorreu em novembro de 1995: dois estudantes, Carolina Dias Leite e Marcos Fernando Chiesa, foram libertados a partir de denúncias recebidas.

Atualmente o Disque-Denúncia parece um serviço consolidado dentro da Secretaria de Segurança Pública.⁷⁴ Mesmo assim, policiais reclamam de terem que investigar denúncias infundadas. O seqüestro do filho da empresária Vera Loyolla –que recebeu grande cobertura da imprensa– gerou 52 denúncias sobre o local do cativo. A DAS investigou cada uma delas. Nenhuma das denúncias estava correta.

Inteligência da Secretaria de Segurança Pública). Por isso é curioso que seja noticiado, que no recente caso da prisão de um dos mais importantes seqüestradores do Rio –o Miguelzinho– o superintendente da Associação Rio Contra o Crime tenha acompanhado o depoimento do bandido em Recife. Ler: “Seqüestrador preso em Recife tem medo de voltar para o Estado do Rio”, *O Globo*, 2ª edição, caderno Rio, 22/12/1999, p. 24.

⁷⁴ O serviço atende todas as denúncias vinte e quatro horas por dia. Atualmente há uma crescente segmentação no atendimento. Só para dar uma exemplo, em média o Disque-Denúncia recebe 159 denúncias de violência familiar e oferece até um plantão com advogados para aconselhamento e orientação das vítimas.

Observações finais

Na análise da tentativa de reformar a DAS é importante verificar em que medida foram usadas mecanismos de controle institucionais e formais como sanções positivas (por exemplo, a chamada “gratificação faroeste”, que será mencionada a seguir) e negativas (como, por exemplo, advertências, afastamentos, expulsão da Polícia Civil devido à corrupção, emprego de tortura, extorsão de seqüestradores, etc).⁷⁵ No entanto, por hipótese, pode-se afirmar que parte importante das mudanças realizadas e dos resultados obtidos foram feitos através de negociações complexas, que comumente seriam chamados de “acertos” entre os atores internos da organização.⁷⁶ O grande desafio para o analista está em desvendar qual o significado prático desses acordos que são parte importante de como manter o controle sobre a organização.⁷⁷

Uma das políticas mais controvertidas adotadas pelo Secretário de Segurança Pública, general Nilton Cerqueira, foi a gratificação para os agentes policiais que se destacam em ações que demonstrem mérito especial. Seriam exemplos de atos que justificariam a gratificação que é definitivamente incorporada ao salário do policial: 1) localização e invasão de cativado, resgate do seqüestrado e prisão dos criminosos; 2) quando um policial, mesmo em inferioridade, reage contra criminosos e tem êxito. Essa política de gratificações seletivas foi bastante usada a partir de novembro de 1995 quando através do decreto estadual nº 21.743/95 entrou em vigor. A DAS recebeu um número elevado de gratificações polpudas⁷⁸ até o final do governo Marcello Alencar, conforme indica o quadro abaixo.

Gratificações em pecúnia no período 1995-98

Ano	Policiais Civis	Divisão Anti-sequestro	nº de gratificações de 100%
1995	23	6	-
1996	210	28	26
1997	297	4	3
1998	533	69	5
Total	1063	107	34

*Fonte: Relatório enviado à Comissão Especial contra a Violência e Impunidade da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.*⁷⁹

⁷⁵ Esta tarefa da pesquisa está começando a ser feita, mas os obstáculos são inúmeros. Existe uma Comissão Especial contra a Violência e a Impunidade, presidida pelo deputado estadual Carlos Minc (PT) que solicitou informações à Corregedorias da Polícia Civil e Polícia Militar sobre as sanções aplicadas aos policiais desde 1996. Foram enviados para a Comissão parlamentar relatórios contendo estatísticas e números que não indicam a falta cometida ou onde estava lotado o policial. Este tipo de informação é praticamente inútil para o monitoramento pelo Legislativo do que passa

efetivamente na tentativa de se depurar as polícias.

⁷⁶ Outro exemplo bastante conhecido, e controvertido, foi o acordo que Hélio Luz fez com o “grupo Astra”, que previamente era apresentado como parte da “banda podre da polícia”. Após o entendimento sobre os limites da sua atuação, o grupo Astra passa a cooperar com a Chefia da Polícia que supostamente tinha como missão depurar a organização policial deste tipo de “policial-delinquente”. Ler: Benjamin, Cid. Hélio Luz: um xerife de esquerda. Rio de Janeiro: Contraponto/Relume Dumará, 1998, p. 87-107.

Entre as gratificações de 100% sobre o salário, em 1996, foram contemplados dois motoristas e um escrivão. Todas as outras premiações foram dadas a detetives. Porém não foi possível, neste momento da pesquisa, saber qual foi o ato que justificou a gratificação. Mas, pode-se constatar que os policiais da DAS tiveram um grande incentivo financeiro para melhorar sua atuação investigativa.

Um índice para avaliar o aprimoramento da atuação investigativa da DAS poderia ser em que medida o uso de violência letal diminuiu. No banco de dados construído a partir de notícias de jornais e revistas encontra-se um dado que poderia parecer paradoxal. Nos dois primeiros anos do período analisado (1995-96) foram noticiados três (3) supostos seqüestradores mortos. No segundo biênio (1997-98), foram noticiadas mortes de doze (12) supostos seqüestradores. Este aspecto do levantamento merece mais aprofundamento, e em particular, verificação de dados oficiais –aos quais, por enquanto, não foi permitido acesso. Fica, no entanto, uma

⁷⁷ As sanções aplicadas não serão geralmente severas (capaz de prejudicar a “carreira” do policial). Existe um conjunto de punições, algumas de cunho informal, que servirão para restabelecer a “ordem” negociada e os limites das condutas que serão toleradas. Toda esta dinâmica de relações de poder nas organizações é pouco transparente para a sociedade e para os analistas. Nas conjunturas de intensa crise social essas relações de conluio às vezes são percebidas como esquemas que asseguram a impunidade. Mais uma vez se recomenda o texto de Emilio Dellasoppa sobre este tema.

⁷⁸ A mais elevada gratificação atribuída a um policial da DAS foi a do delegado Marcos Reimão em 1998: cento e vinte por cento (120%).

⁷⁹ O autor agradece ao deputado Carlos Minc (PT-RJ) o acesso a este material originalmente publicado no *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*.

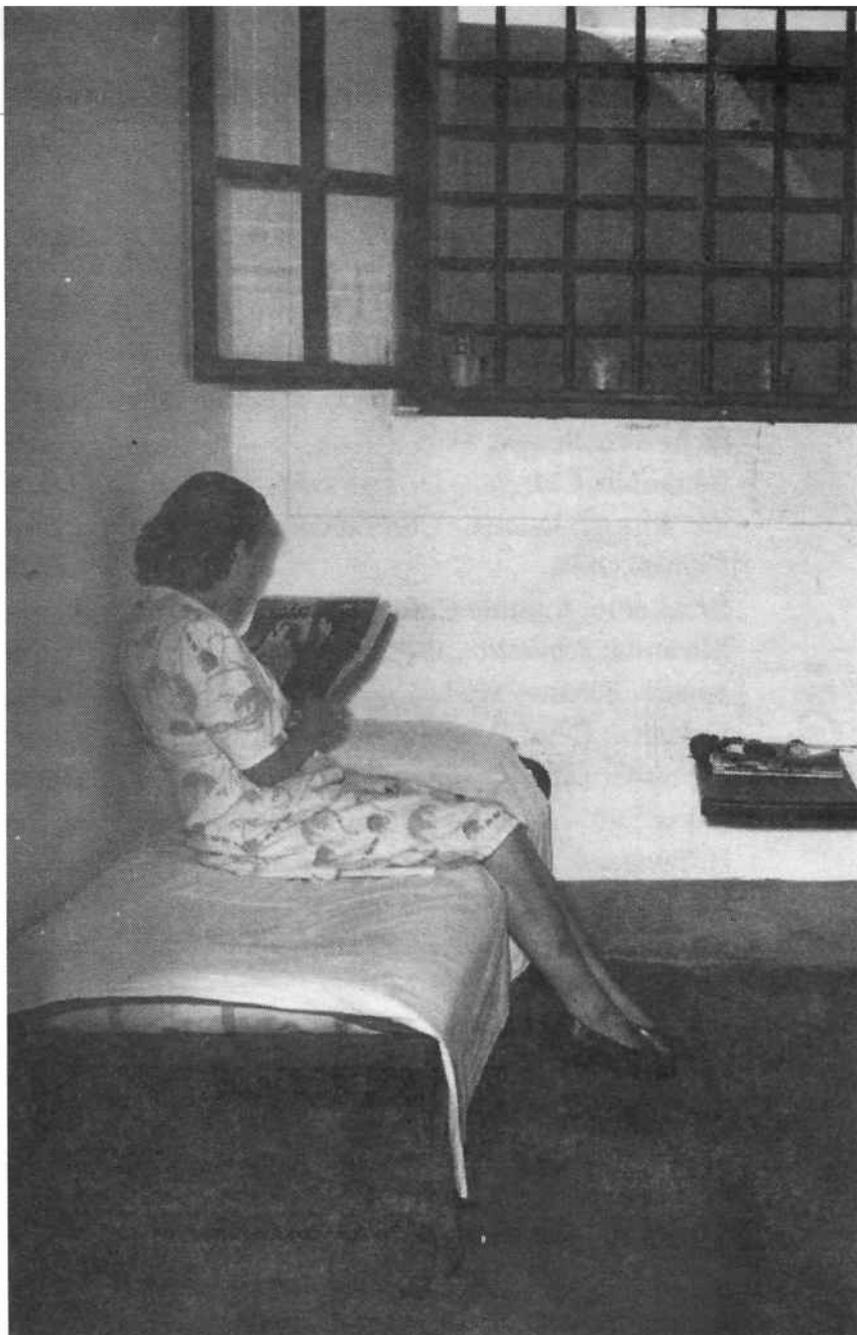
hipótese a ser verificada: é correta a proposição de que mais recursos tecnológicos de investigação, mais informação prévia dada ao policial leva necessariamente à redução do uso letal da força?

As mudanças tecnológicas trazem alguns desafios ao controle penal. Nos últimos anos os cariocas vem exibindo cada vez mais telefones celulares. Dentre as várias ofertas estão os telefones celulares pré-pagos, que se tornaram os preferidos dos seqüestradores. “A polícia não consegue rastrear ligações de telefones pré-pagos, porque não sabemos quem é o dono do aparelho”, explicou recentemente o Secretário de Segurança Pública, coronel Josias Quental.⁸⁰ Em janeiro de 2000, uma lei estadual veio a obrigar as operadoras de telefonia celular a montar um cadastro de seus usuários. No cadastro deverão constar todos os dados pessoais do usuário que comprar o aparelho por este sistema.⁸¹

Por fim, uma notícia recente na imprensa veio a questionar se a depuração das polícias foi efetivamente realizada. No início do governo Marcello Alencar o principal alvo da DAS era o seqüestrador Miguelzinho, que continuou a praticar seqüestros importantes durante todo o ano de 1995. Depois Miguelzinho desapareceu e a polícia divulgou que ele tinha sido morto. Surpreendentemente, em dezembro de 1999, Miguelzinho foi preso em Recife, no nordeste brasileiro. Seus depoimentos à DAS e à imprensa fizeram remexer o tema das extorsões policiais aos seqües-

⁸⁰ “Rio pede à União cadastro para celular pré-pago: esse tipo de telefone tem sido usado em seqüestros pela dificuldade de rastrear ligação”, Estado de São Paulo on line, 14 /10/99.

⁸¹ “Cadastro identificará os usuários de telefones celulares pré-pagos no Rio: objetivo da lei sancionada por Garotinho é inibir o uso por bandidos”, *O Globo*, caderno Rio, 12/01/2000, p. 18..



tradores. Ele revelou de que precisou pagar R\$ 1,2 milhão a policiais civis, em 1995, para fugir do Rio.⁸² Fecha-se um círculo em torno

do tema do envolvimento de policiais com delinquentes,⁸³ que é um problema crucial na atual discussão brasileira sobre o chamado “crime organizado”.⁸⁴

⁸² Miguelzinho contestou a versão da polícia de que fugira do estado para não dividir com a quadrilha o dinheiro do resgate dos empresários Ivany Pinho e Carlos Pinho, donos do supermercado Rio, seqüestrados em outubro de 1995. Segundo Miguelzinho, três dias antes de os empresários serem soltos, policiais o encontraram e exigiram o dinheiro do resgate. O seqüestrador afirma que pagou R\$ 1,2 milhão (na época, próximo de um milhão de dólares) para escapar e

que foi depois disso que surgiu a história de sua morte. Cf. “Tenho medo de ser morto”, *Jornal do Brasil*, 22/02/2000, p. 1-21.

⁸³ Em 1999, o tema da criminalidade policial obteve uma matéria de capa importante: “Os crimes da Polícia”, *Veja*, 04/08/1999, pp. 84-99.

⁸⁴ A respeito, ler: Caldeira, Cesar. “Política de segurança pública no Rio: apresentação de um debate público”, *Archè*, nº 19, 1998, p. 13-37.

Bibliografia

- Amorim, Carlos:** *Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado*, 5ª edição. Rio de Janeiro, Record, 1995.
- Benjamin, Cid:** *Hélio Luz: um xerife de esquerda*, Rio de Janeiro, Contraponto, Relume-Dumará, 1998.
- Brasiliano, Antonio C. R. e Raposo, Hekel de Miranda:** *Seqüestro... como se defender*, Rio de Janeiro, Forense, 1997.
- Caldeira, Cesar:** "Operação Rio e Cidadania: as tensões entre o combate à criminalidade e a ordem jurídica", in Reis, Elisa; Almeida, Maria H. Tavares de, e Fry, Peter (coordenadores): *Política e Cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*, São Paulo, HUCITEC-ANPOCS, 1996, pp. 50-74.
- "Política de segurança pública no Rio: apresentação de um debate público", *Revista Archè*, nº 19, 1998, pp. 13-37.
- "Segurança pública e Cidadania: as instituições e suas funções no Brasil Pós-Constituinte", *Revista Archè*, nº 9, 1994, pp. 5-25.
- "Segurança Pública e Seqüestros no Rio de Janeiro: 1995-96", *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 20, outubro-dezembro, 1997, pp. 193-235.
- Dellasoppa, Emílio:** "Estratégias e racionalidade na Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro: marco teórico e abordagem metodológica", estudo apresentado na 1ª reunião do Grupo Violência e Sociedade da CLACSO, Caracas: CLACSO/LACSO, 2000, 48 págs.
- Fernandes, Rubem C. e Carneiro, Leandro P.:** "Criminalidade, Drogas e Perdas Econômicas no Rio de Janeiro", Rio de Janeiro, Núcleo de Pesquisas do ISER, agosto de 1995, 56 págs.
- Garotinho, Anthony:** *Violência e criminalidade no Rio de Janeiro: diagnóstico e propostas para uma política democrática de segurança pública*, Rio de Janeiro, Hama, 1998.
- Ventura, Zuenir:** *Cidade Partida*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- Zaffaroni, E. R. & Pierangeli, J. H.:** *Manual de Direito Penal Brasileiro: parte geral*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1997.